



CRÍTICA
marxista

Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil

Armando Boito Jr., Andréia Galvão,
Patrícia Vieira Trópia et al.

RESENHAS

EDÍLSON JOSÉ GRACIOLLI*

Esse número da Revista *Idéias* é um dossiê sobre a relação entre o neoliberalismo e os principais movimentos sociais e partidos de esquerda no Brasil. Resultado de uma pesquisa ainda em curso no Cemarx/Unicamp, o trabalho já revela uma qualidade e um fôlego fundamentais ao esforço de análise sobre a abrangência e os efeitos do neoliberalismo. O leque de organizações analisadas (CUT, Força Sindical, MST, ONGs, PT, PC do B e PSTU) é representativo do espectro sociopolítico que se quer investigar. Há uma idéia matriz nos artigos que compõem o dossiê: a hegemonia burguesa neoliberal é regressiva, expressando uma situação específica da luta de classes, caracterizada por uma hegemonia que não contempla “...

interesses econômicos mínimos dos trabalhadores”, aspecto que, por sua vez, implica uma instabilidade da própria hegemonia, sem que isso impeça o avanço de “...reformas orientadas pelo mercado”. Em termos de análise mais conjuntural, preconiza-se que o neoliberalismo ainda não se encontra em uma crise terminal, guardando, antes, energias para sobreviver à derrota eleitoral dos partidos que governaram o país tendo à frente Fernando Henrique Cardoso. Escrito entre julho e outubro de 2002, esses artigos já apontam para o que hoje se verifica claramente: o recuo programático e o neoconservadorismo do Governo Lula.

O artigo que abre o dossiê, *Neoliberalismo e relações de classe no Brasil*, de Armando Boito Jr., discute o

* Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia



quadro mais geral em que se inserem as formas de adesão, resistência e/ou de tensionamento das classes sociais em relação à política em questão. Sustenta-se que tanto as relações de classe quanto as de poder político se alteraram com o avanço do neoliberalismo. No campo das formulações sobre os impactos do neoliberalismo em relação à burguesia brasileira destacam-se dois balanços. O de viés neodesenvolvimentista (que vê na desindustrialização das economias latino-americanas o grande mal a ser enfrentado) e o que identifica nessas medidas um favorecimento para o conjunto da burguesia nacional, sem atentar para os conflitos entre segmentos dessa classe. Avaliando ambos como equivocados, o autor propõe a tese conforme a qual “... o neoliberalismo representa a hegemonia política do grande capital nacional e estrangeiro associados ao capital financeiro internacional”. A idéia mais polêmica desse artigo, todavia, diz respeito à relação entre o neoliberalismo e os trabalhadores: alguns setores dessa classe se apresentam como base social do neoliberalismo. Em primeiro lugar, aponta-se para a aliança da alta classe média (assalariados mais bem remunerados e profissionais liberais) com o bloco no poder. Porém, entre os próprios trabalhadores de baixa renda “... o neoliberalismo logrou obter uma base social, e isso a despeito de essa política contrariar frontalmente os

interesses mais elementares da grande massa da população”. Tal êxito teria se dado em função de o neoliberalismo capitalizar parte da revolta popular difusa contra o padrão histórico de cidadania no Brasil (restrita e hierarquizada) e contra o clientelismo do Estado brasileiro, canalizando-a para as teses (eminentemente neoliberais) da redução do Estado, da privatização de suas unidades produtivas, das reformas de naturezas fiscais etc. Afirma-se, ainda, que a esquerda perdeu a disputa quanto às reformas do Estado brasileiro. Por fim, com relação ao operariado mais organizado (metalúrgicos e petroleiros) e aos assalariados da chamada baixa classe média sindicalmente organizada (massa do funcionalismo público e bancários), percebe-se que são oposição ao bloco no poder neoliberal e à sua política, muito embora seja preciso registrar a existência de exceções, como a dos metalúrgicos de São Paulo, filiados à Força Sindical.

Claudinei Coletti, com o artigo *Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal*, amplamente respaldado em dados empíricos, mostra como o MST construiu um importante avanço no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), quadro relativamente alterado no segundo mandato (1999-2002). Articulado em torno de uma forte postura antineoliberal, o MST logrou, especialmente no primeiro quadriênio,



enfrentar o isolamento e a criminalização que o Governo FHC tentou lhe impor, conseguindo ampliar as ocupações de terras nesse momento. O vigor do MST, que lhe garantiu a condição de movimento mais resistente à influência neoliberal, resulta, de uma parte, de suas bases sociais (trabalhadores do campo e desempregados urbanos que a ele se agregam até por falta de opção), ampliadas pelas conseqüências da política neoliberal, e, de outra, da ausência em seus militantes de receios como os da demissão e desemprego. No período seguinte, a política governamental inviabilizou a pequena produção agrícola, com rebatimentos nos assentamentos que o próprio Governo vinha fazendo, o que, de certa forma, empurrou o MST para outras lutas (como a da obtenção do crédito agrícola ou da renegociação das dívidas de pequenos agricultores), mais de caráter defensivo.

A participação de Andréia Galvão no debate, *A CUT na encruzilhada: impactos do neoliberalismo sobre o movimento sindical combativo*, revela que a ofensiva neoliberal atinge esse projeto sindical de quatro formas: pela abertura comercial e desregulamentação dos mercados, pelas privatizações e reestruturação produtiva (todas geradoras de um aumento do desemprego e do subemprego), pela flexibilização dos direitos sociais, especialmente dos trabalhistas, e pelo combate direto aos sindicatos. A ação sindical, notadamente aquela referenciada em uma proposta com-

bativa, fica dificultada tanto pelos desdobramentos econômicos e políticos daquela ofensiva, quanto pelos de natureza ideológica. Partindo da discussão sobre as origens do sindicalismo propositivo no interior da CUT e passando pelas experiências que o fortaleceram (com destaque para as câmaras setoriais), Andréia analisa o movimento que culmina com a emergência do sindicalismo “cidadão”, que, ao enfatizar a concepção de cidadania, “... conduz ao abandono da noção de classe social”. Registrando os momentos em que a CUT retomou ações reivindicatórias marcadas pela resistência, Andréia nos fornece uma cuidadosa análise sobre a trajetória dessa central, nada linear ou homogênea, mas bastante repleta de ambigüidades e de contradições, ou seja, ainda portadora da possibilidade de um desfecho favorável a uma luta contra o neoliberalismo.

Igualmente instigante é a contribuição de Patrícia Trópia, *A adesão da Força Sindical ao neoliberalismo*. Por que a Força Sindical aderiu a “... aspectos da plataforma neoliberal ao apoiar, de forma militante, as privatizações e a desregulamentação do mercado de trabalho”? A resposta que é apresentada destaca o papel ativo da Força Sindical na construção da hegemonia neoliberal e o impacto popular do neoliberalismo no Brasil, possível em virtude de haver espaço para um discurso antiestatista (forma de rejeição popular à hierarquização e à estratificação com que



direitos trabalhistas e políticas sociais se deram historicamente no Brasil). O engajamento da Força Sindical para que trabalhadores defendessem as privatizações é demonstrado nos casos da Usiminas, Acesita, CSN, Cosipa e Mafersa. Quanto à desregulamentação do mercado de trabalho, são analisados os projetos que contaram com efetiva atuação da Força Sindical (participação em lucros e resultados, contratos temporários, demissão temporária, prevalência do negociado sobre o legislado, liquidação das funções fiscais da Justiça do Trabalho), além da defesa que essa central fez das propostas governamentais para a reforma da previdência e a reforma administrativa. Patrícia, todavia, chama a atenção para a existência de tensões entre o neoliberalismo e a Força Sindical, como na política de juros altos, ou como o fato de o pensamento neoliberal não conceber, do ponto de vista teórico, quaisquer formas de organização sindical entre os trabalhadores. Penso que, aqui, cabe o alerta de Gramsci sobre o qual é a filosofia real de um dado movimento teórico-político (como é o caso do neoliberalismo), ou seja, sua prática, não sua retórica. Nesse sentido, é preciso dizer que o sindicalismo da Força Sindical é funcional ao neoliberalismo, prevalecendo, portanto, essa prática sobre a proclamação estritamente formal da impossibilidade de alguma representação sindical ser aceita pelo neoliberalismo.

Sandra Regina Zarpelon discute a questão das *ONGs*, *movimento sindical* e *o novo socialismo utópico*. E o faz sustentando que há uma confluência entre o crescimento das chamadas Organizações Não-Governamentais e o desenvolvimento da Economia Solidária (de que serve de exemplo o estímulo da CUT ao cooperativismo). Essa confluência é o resultado concreto dessas experiências (intervenções): caráter paliativo e fragmentado relativamente às questões sociais, aliado a uma desmobilização política por parte de seus integrantes, o que conduz a um posicionamento ambíguo frente ao neoliberalismo, na medida em que tais intervenções aprofundam o sindicalismo propositivo e cumprem até uma certa funcionalidade ao neoliberalismo, uma vez que reforçam a política da focalização.

Fecha o dossiê o artigo *PT, PC do B e PSTU diante do capitalismo neoliberal*, de Andriei da Cunha Guerrero Gutierrez, Danilo Enrico Martuscelli e Fernando Ferrone Corrêa, em que se sustenta que esses partidos oscilaram entre uma acomodação ao modelo liberal e uma crítica ao modelo ou até mesmo ao capitalismo, prevalecendo, no caso do PT, uma adequação à plataforma neoliberal a fim de se obterem vitórias no campo institucional.

Leitura imprescindível aos que se propõem a desvendar o significado do neoliberalismo no Brasil.